

A Banalização do Trabalho Docente: Desafios dos Professores no Curso de Administração

The Banalization of Teaching: Challenges Faced by Administration Course Professors

Paula Caldas Brognoli
Melissa Bertolini Rodrigues
Anna Beatriz Niteroi

RESUMO

O ensaio teórico investiga os desafios enfrentados pelos professores do curso de Administração, como a precarização do trabalho docente, a banalização de suas funções e o impacto na qualidade do ensino e no bem-estar dos profissionais da área. No ensino superior, particularmente, são marcantes as mudanças nas condições de trabalho dos professores, os quais enfrentam a desvalorização, com práticas que intensificam a precarização e fragmentação do seu trabalho. Contexto que banaliza seu papel, afeta sua identidade ocupacional e a qualidade do ensino ofertado. Pela análise, revela-se que a intensificação do uso de tecnologias, a sobrecarga de trabalho, a falta de reconhecimento institucional e as políticas educacionais focadas em produtividade convergem para a precarização da atividade docente, afetando sua saúde mental e motivação. A ampliação do ensino remoto exacerbada a desumanização da relação professores-alunos e a percepção de desvalorização, padronização e banalização do trabalho docente. Fatores que refletem uma crise mais ampla na educação superior, comprometendo o bem-estar dos professores e a qualidade do ensino ofertado. Para inverter esse quadro, as instituições de ensino e Estado devem atuar conjuntamente, revendo políticas, centralizando-se na valorização dos professores como agentes transformadores.

Palavras-chave: Professores do Curso de Administração; Trabalho Docente; Precarização; Despersonalização; Adoecimento.

ABSTRACT

The theoretical essay investigates the challenges faced by Business Administration professors, focusing on the precarization of teaching work, the trivialization of their roles, and the impact on the quality of education and the well-being of professionals in the field. In higher education, in particular, significant changes in teachers' working conditions have emerged, with increasing devaluation and practices that intensify the precarization and fragmentation of their work. This context trivializes their

Recebido em: 30/09/2024
Aprovado em: 27/12/2024

Paula Caldas Brognoli 
paula.brognoli@fgv.edu.br
Mestre em tecnologia e sociedade |
Doutorado em andamento em Administração
de Empresas
UTFPR | FGV EAESP
São Paulo / SP – Brasil

Melissa Bertolini Rodrigues 
melissabertolini@hotmail.com
Mestre em tecnologia e sociedade
UTFPR
Curitiba / PR – Brasil

Anna Beatriz Niteroi 
abniteroi@outlook.com
Mestre em Administração de Empresas |
Doutorado em andamento em Administração
de Empresas
FGV EAESP
São Paulo / SP – Brasil

ABSTRACT

role, affecting their occupational identity and the quality of education provided. The analysis reveals that the increased use of technology, work overload, lack of institutional recognition, and education policies centered on productivity contribute to the precarization of teaching activities, negatively impacting mental health and motivation. The expansion of remote learning exacerbates the dehumanization of teacher-student relationships, along with the perception of devaluation, standardization, and trivialization of teaching work. These factors reflect a broader crisis in higher education, compromising both teacher well-being and the quality of education. To reverse this situation, educational institutions and the state must work together, revising policies and focusing on valuing teachers as transformative agents.

Keywords: Professor of the Business Administration Program; Teaching Work; Precarization; Depersonalization; Illness.

Introdução

O cenário educacional contemporâneo, especialmente no ensino superior, tem sido profundamente impactado por transformações significativas nas condições de trabalho dos professores, trazendo também novas demandas para o exercício da profissão. São cada vez mais exigidas um conjunto de competências amplo, o qual deve ser constantemente aperfeiçoado para que seja mantida sua empregabilidade em um mercado extremamente e, a cada dia mais, competitivo (Sguisardi, 2002; Mancebo, 2007). Entre essas mudanças, além das muitas demandas cotidianas, destaca-se a desvalorização da função docente, que se manifesta por meio de práticas que acentuam a precarização desse trabalho, tornando-o mais fragmentado e carente de condições dignas. Esse cenário não apenas compromete a qualidade do ensino oferecido aos alunos, mas também contribui para a banalização do papel dos professores, afetando diretamente sua identidade ocupacional (Kenski, 1998).

As condições históricas que envolvem a precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior (IES) no Brasil exigem uma problematização profunda e sistemática, além de reflexão e denúncia (Bosi, 2007). A luta pela valorização do trabalho docente deve considerar essas questões estruturais, que há décadas vêm fragilizando o ofício de educar. Carvalho (2019) aborda a questão crescente da

rotatividade dos professores, globalmente, com impactos difusos e significativos no desenvolvimento dos alunos. Sendo que a grande rotatividade profissional possui reflexos lineares e contundentes nas organizações (Frantz & Alves, 2021).

Como bem pontuam Calderari *et al.* (2022, p. 488), “o mundo do trabalho tem sido objeto de diversas transformações ao longo das últimas cinco décadas sob a égide do capitalismo.” Ademais, as políticas de mercantilização da educação superior no Brasil (Pinto, 2002; Chaves, 2005) e em toda a América Latina difundiram-se pela atuação do Banco Mundial a partir da década de 1990, consubstanciando-se em uma tendência de expansão do ensino superior pela iniciativa privada (Maués, 2010), sendo possível afirmar que o Brasil “se encontra num novo estágio de reconfiguração do espaço público, no qual o empresariado busca o fortalecimento da capacidade de execução do aparelho administrativo (governos e escolas) e, ao mesmo tempo, se posiciona como interlocutor privilegiado na condução das políticas educacionais” (Martins *et al.*, p. 2018), as quais convergem para o esvaziamento de regulação e intervenção econômica do estado (Chomsky, 2022; Brown, 2019).

Essas são algumas das transformações que afetam diretamente a organização do trabalho docente, intensificando a precarização e gerando novas dinâmicas de exploração. Entender esse processo é fundamental para delinear estratégias de resistência e valorização da profissão, buscando condições mais justas e dignas para os professores no Brasil.

Soma-se a esse conjunto, a chegada disruptiva da Inteligência Artificial (IA), a qual, para além dos aspectos técnicos e seus usos, vem muitas vezes acompanhada de discursos positivos e acrílicos ao extremo e ao mesmo grandiloquentes nos impactos revolucionários, sempre benéficos, para a educação como um todo, produziu também, nos recentes anos, uma mudança nos papéis de professores e alunos, assim como trouxe outras questões sociais e éticas (Zhai *et al.*, 2021), afetando diretamente a relação intrínseca e pessoal do professor com seu trabalho.

A relação subjetiva com o trabalho, como observa Dejours (1999), é essencial para compreender o impacto dessas condições na vida dos professores. O significado atribuído ao trabalho e as implicações psicológicas e emocionais desse processo estão diretamente ligados à saúde mental e ao bem-estar dos profissionais da educação. Nesse contexto, os docentes enfrentam não apenas desafios

estruturais, mas também subjetivos, relacionados à perda de reconhecimento e à deterioração das condições de trabalho.

A relação entre as ideias de Christophe Dejours (1988) sobre a loucura do trabalho e o neoliberalismo é de grande relevância, especialmente ao abordar a precarização do trabalho docente. O neoliberalismo, com suas políticas de mercado livre, flexibilização das relações de trabalho e redução da intervenção estatal, tem provocado mudanças estruturais profundas no mundo do trabalho. Essas transformações afetam diretamente os trabalhadores em geral, e, de maneira mais específica, os professores e educadores.

A escola não pode ser tratada como uma empresa, salienta Laval (2019) analisa a crise de legitimidade das instituições escolares no contexto do avanço neoliberal e questiona os valores subjacentes a termos amplamente utilizados na educação atual, como “inovação” e “eficiência”.

A motivação desse desenvolvimento teórico é bem justificada uma vez que essa questão reflete profundas implicações para a qualidade da educação e para a valorização do professorado. Ao investigar a banalização, é possível compreender como a desvalorização das funções docentes, a precarização das condições de trabalho e a falta de reconhecimento das competências dos educadores impactam não apenas o bem-estar dos professores, mas também a aprendizagem dos alunos.

Estudar essa temática permite identificar os fatores que contribuem para a despersonalização do trabalho docente, revelando um cenário em que os educadores são muitas vezes vistos apenas como transmissores de conteúdo, sem espaço para desenvolver uma prática pedagógica significativa e reflexiva. Essa análise é fundamental para promover um debate crítico sobre a importância do trabalho docente e a necessidade de uma valorização adequada da profissão.

Além disso, a pesquisa sobre a banalização do trabalho docente pode levar à proposição de soluções práticas e políticas que visem melhorar as condições de trabalho dos professores, garantir sua formação contínua e promover ambientes educacionais mais saudáveis e respeitosos. Nesse sentido, a motivação para esse desenvolvimento teórico é não apenas acadêmica, mas também social, buscando reverter a desvalorização do trabalho docente e contribuir para a construção de uma educação de qualidade que beneficie tanto os professores quanto os alunos.

Discussão e Resultados

A educação é o principal dilema histórico do Brasil, como sustentava Florestan Fernandes (1989). “E enquanto um dilema, a educação, pública ou privada, sua gestão e planejamento possui configurações e dimensões complexas, que envolvem uma multitude de fatores que concorrem para sua concepção, instrumentalização e realização efetivas” (Bertolini *et al.*, 2024). Entre os fatores, as condições de trabalho às quais são submetidos, via de regra, os docentes do ensino superior somadas à dilatação do “mercado educacional” estão diretamente associadas à banalização do trabalho docente (Ferreira, 2010). A banalização do trabalho refere-se à desvalorização e desumanização das atividades laborais, tornando-as rotineiras e sem significado. Isso pode ocorrer devido a várias razões, como:

AUTOMATIZAÇÃO

Refletir sobre a prática docente exige, antes de tudo, considerar o professor em questão e sua formação, que não se limita apenas ao período dos cursos de formação, mas se estende de forma contínua ao longo de toda sua trajetória profissional, tanto dentro quanto fora da sala de aula. “A prática de professores envolve a formação de diferentes sujeitos sociais que se desenvolvem para ter sua singularidade considerada e respeitada” (Fagundes, 2016, p. 294). Essa perspectiva é crucial para entender como os educadores se adaptam às demandas contemporâneas.

No contexto atual de mercantilização da educação (Pinto, 2002; Chaves, 2005) e do avanço das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), o desafio do equilíbrio entre quantidade e qualidade torna-se evidente. Esse dilema pode transformar o conhecimento em algo utilitarista e padronizado, além de comprometer os direitos dos trabalhadores docentes, conquistados ao longo dos anos (Vianna & Calderari, 2019). A busca por resultados imediatos e eficientes pode levar a uma desvalorização do processo educativo, afetando tanto a formação dos alunos quanto a identidade profissional dos educadores. Ou seja, “supervalorizando o que é visível e quantificável, o modelo do mercado vai de encontro à lógica educacional, que como sabem os pedagogos desde a época de Rousseau, exige tempo” (Laval, 2019, p. 187).

Nesse cenário em que o conceito operacional de “*capital humano*” é consolidado pelas políticas neoliberais (Laval, 2019, p. 10), surge a figura do professor “*influencer*”, que transita entre salas de aula virtuais para as plataformas digitais e redes sociais. Essa nova realidade traz à tona a necessidade de adaptação dos docentes às exigências das mídias sociais e das dinâmicas de ensino assim ditas modernas. A divulgação do trabalho docente passa a depender da divulgação e promoção performática de si e de seu conteúdo, por meio de redes sociais e plataformas de ensino online, enquanto muitas vezes precisa monetizar e alavancar seu perfil para obter engajamento do público de alunos com seu trabalho. O professor se transforma em sua própria mídia, integrando-se a uma comunidade digital dentro da sua influência social (Lemos & Lévy, 2010). Existe inclusive uma premiação para a categoria influenciadores digitais na “Educação”, promovida pela agência Airfluencers, plataforma do segmento de digital influencer e marketing com influenciadores, tratando-se de uma entidade especializada em Social Listening, curadoria de conteúdo, planejamento e execução de campanhas (Sampaio, 2019).

No entanto, é importante destacar que o capitalismo de plataforma está resgatando formas de trabalho que prevaleceram na fase inicial do capitalismo (Antunes, 2023), o que pode acarretar novas formas de exploração e precarização das condições de trabalho docente. Assim, ao considerar essas transformações, é fundamental que se busque uma valorização do trabalho educacional, promovendo espaços de reflexão e ação que assegurem a dignidade e os direitos dos professores em um ambiente em constante mudança, enquanto se mantém criticidade sobre as mesmas. As mudanças que mais impactam a prática docente resultam da necessidade de direcionar o ensino com foco na aprendizagem dos estudantes (Lima *et al*, 2020) já que o Ensino Superior, como instituição, pode ser visto como o espaço-tempo socialmente definido para, ao mesmo tempo, inserir o estudante em uma área de conhecimento e campo de atuação social, além de introduzi-lo a um modo de pensar fundamentado que conduz à autonomia intelectual (Tordino, 2014).

Dentro do contexto cibernético, o avanço das tecnologias sofisticadas de inteligência artificial tem gerado um impacto significativo em diversas áreas, especialmente na educação e na pesquisa. Um exemplo notável é o ChatGPT, um robusto modelo de linguagem desenvolvido pela OpenAI, sendo o primeiro modelo

de linguagem de grande escala (LLM) a atingir um público extenso e convencional (Hosseini *et al.*, 2023).

Essa inovação apresenta oportunidades fascinantes para alunos e educadores, permitindo feedback personalizado, melhor acessibilidade, diálogos interativos, elaboração de aulas, avaliação e novas abordagens para o ensino de conceitos complexos (Rahman & Watanobe, 2023). Os rápidos desenvolvimentos em modelos de IA generativa oferecem novas possibilidades no campo da educação. Entretanto, é fundamental reconhecer e lidar com os riscos e preocupações potenciais que podem emergir de sua utilização (Li *et al.*, 2024).

Para que esses benefícios sejam plenamente aproveitados, é fundamental implementar medidas imediatas que revisem os métodos de avaliação e as políticas institucionais em escolas e universidades, entre outros. A capacitação dos professores e a formação dos alunos são essenciais para enfrentar o impacto do ChatGPT no ambiente educacional (Lo, 2023). A inteligência artificial pode facilitar e otimizar o trabalho docente, tornando processos mais eficientes e enriquecendo a experiência de aprendizagem.

Contudo, o uso da inteligência artificial no campo da educação levanta desafios e preocupações éticas, especialmente no que se refere à precisão e à confiabilidade das respostas geradas. Algumas pesquisas indicam que novos chatbots baseados em IA têm causado preocupações em instituições de ensino, devido ao receio de que os alunos utilizem essas ferramentas para burlar o processo de aprendizagem e facilitar práticas de desonestidade acadêmica (Gill *et al.*, 2024).

Além desses aspectos, a crescente dependência de ferramentas automatizadas para a correção e avaliação pode levar à desvalorização da mediação humana, um elemento crucial para um aprendizado significativo. As limitações da IA em substituir a interação e o acompanhamento do educador são aspectos que precisam ser cuidadosamente avaliados e debatidos amplamente com os atores envolvidos nas práticas de educação, desde sua elaboração à sua efetiva aplicação. Portanto, é vital encontrar um equilíbrio que maximize os benefícios da tecnologia, sem comprometer a qualidade da educação e a relação entre professores e alunos, a inclusão e a diversidade.

Partindo disso, é fundamental refletir sobre como o uso de IAs na escrita acadêmica pode reforçar hierarquias no campo científico, funcionando de maneira

semelhante ao extrativismo de dados. A forma como a escrita acadêmica é ensinada em administração, frequentemente reduzida a uma “programação assistida” por modelos de linguagem hegemônicos, também contribui para essa lógica. Diante disso, torna-se essencial explorar maneiras de desconstruir essa dinâmica, promovendo alternativas que resistam à automatização da produção acadêmica na área (Oliveira & Neves, 2023).

Assim, para mitigar os impactos disruptivos dessa tecnologia e promover a integridade acadêmica, as instituições de ensino podem desenvolver políticas e diretrizes claras e criar avaliações que incorporem texto gerado por IA em quantidade controlada (Adeshola & Adepoju, 2023). Dessa forma, seria possível aproveitar os avanços tecnológicos de maneira responsável e ética, almejando-se a qualidade na educação. A partir desses desafios, uma implementação ética, proativa e participativa de ferramentas de IA pode criar oportunidades de colaboração entre máquina e humano, e de construção dialógica entre docentes e discentes. Assim, com o auxílio ferramental da IA, os temores vislumbrados podem tornar-se oportunidades (Cotton *et al.*, 2024).

A formação continuada do docente é essencial para que os educadores possam acompanhar as inovações tecnológicas que permeiam o cenário atual do Ensino Superior, sendo que algumas pesquisas sobre letramento digital na formação docente indicam que é imprescindível que os professores desenvolvam essas competências tanto na formação inicial quanto ao longo de sua formação, possibilitando a integração eficaz e reflexiva das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ambiente de ensino (Carvalho, 2024). Como Camargo *et al.* (2019) propõem, o letramento agora deve se expandir para incluir “um novo alfabeto, sintaxe e gramática digitais para lidar com a informação na vida cotidiana” (p. 108).

Nesse contexto, é urgente implementar soluções estruturais que promovam a capacitação dos profissionais envolvidos nesse novo ambiente educacional (Lima *et al.*, 2020). A aquisição de habilidades digitais, tanto em aspectos técnicos quanto pedagógicos, é fundamental para que os professores possam aprimorar suas práticas de ensino, estimular a competência digital de seus alunos e avançar em seu próprio desenvolvimento profissional (Esteve-Mon *et al.*, 2020).

Nesse sentido, é fundamental repensar a formação contínua e integral dos professores. Para garantir uma formação completa e contínua, instituições de ensi-

no precisam ir além do foco exclusivo na pesquisa (Da Costa & De Oliveira, 2024), já que o papel dos educadores não se limita à essa competência. É essencial que as instituições de ensino ofereçam um preparo que abranja habilidades pedagógicas, emocionais e tecnológicas, capacitando os doutorandos a enfrentar os diversos desafios da docência no ensino superior, o que hoje muitas vezes recai sobre iniciativas individuais ou esporádicas de alguns programas de pós-graduação (Patrus & Lima, 2014).

Para que o ensino superior tenha maior impacto, tanto no Brasil quanto no exterior, é crucial que os professores dominem as competências do século XXI. Isso requer uma formação em que eles não apenas adquiram novos conhecimentos, mas também desenvolvam as habilidades necessárias para transmitir essas competências de forma eficaz aos alunos (Lima *et al.*, 2020). Dessa forma, ao adotar uma abordagem mais abrangente na formação de seus professores, as instituições poderão prepará-los melhor para os desafios contemporâneos, promovendo uma educação mais alinhada às demandas atuais.

No entanto, muitos educadores enfrentam dificuldades em adaptar metodologias tradicionais às novas ferramentas digitais e a falta de treinamento adequado impacta negativamente a capacidade dos docentes de integrar as tecnologias de forma eficaz em suas aulas. Além disso, há uma desigualdade significativa tanto no acesso a essas tecnologias quanto na formação oferecida aos professores, o que acentua disparidades no ambiente educacional. Nesse sentido, refletir sobre a formação docente exige considerar as condições contextuais e compreender os objetivos dessa preparação, questionando seus propósitos, seu público-alvo e os compromissos éticos e sociais envolvidos (Gatti, 2017).

Diante desse cenário, é fundamental que políticas públicas sejam amplamente debatidas e implementadas para estabelecer estruturas de governança voltadas à transformação digital. Isso inclui, sobretudo, o eixo de “educação e capacitação profissional”, visando preparar a sociedade para o mundo digital e para as novas demandas do mercado de trabalho (Brasil, art. 1º, par. 2º, d, 2018)¹. Além dessas diretrizes legais, as instituições de ensino podem desenvolver estratégias que vão além da simples oferta de cursos de formação contínua para docentes, garantindo

1 O Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, instituiu o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabeleceu a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, a E-digital.

também acesso equitativo aos recursos tecnológicos. Dessa forma, cria-se um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficiente para educadores e alunos. O investimento em tecnologias educacionais não deve se limitar ao domínio técnico por parte dos professores, mas sim ser compreendido como um processo de inovação que “promove a democratização dos conhecimentos e a massificação do ensino” (de Carvalho Costa *et al.*, 2024, p. 267).

PRECARIZAÇÃO

A precarização do trabalho é um produto do avanço das políticas neoliberais, sendo considerado um trabalho socialmente empobrecido, alienado, desqualificado, e inseguro, se intensificando com o crescimento e espraiamento de políticas neoliberais nos últimos cinquenta anos. A precarização do trabalho docente, algo quase comum no setor privado da educação superior, também se torna evidente em grandes universidades públicas, onde aumentam as (sub)contratações temporárias de professores, remunerados por hora-aula lecionada em cursos de graduação (Mancebo, 2007).

O cenário atual da precarização do trabalho docente foi intensificado pelas transformações provocadas pela pandemia de Covid-19 (Barros *et al.*, 2021). Nesse contexto, a flexibilização das relações de trabalho e a adoção do ensino remoto evidenciaram aspectos da chamada uberização do trabalho, caracterizada pela informalidade, instabilidade e falta de garantias trabalhistas (Souza, 2020). Como destaca Antunes (2020), essa dinâmica, inicialmente associada a setores como transporte e entregas, tem se expandido para outras áreas, incluindo a educação. No ensino superior, especialmente na Administração, observa-se um crescimento de contratações temporárias e vínculos mais precários, refletindo essa lógica de trabalho instável e desprotegido.

O setor da educação, como as demais modalidades de trabalho, não escapou à lógica da uberização, sendo que os docentes muitas vezes possuem jornadas intensas de trabalho, deslocam-se constantemente para conseguir realizar suas aulas em diversos lugares e assim complementar sua renda, são mal remunerados, e custeiam a manutenção dos seus transportes, equipamentos eletrônicos, internet, entre outros. E, não raro, além desses aspectos, são alienados do conteúdo do seu trabalho, produzido por terceiros, distanciando-se assim da sua práxis. As próprias

instituições de ensino atuam como empresas que procuram “mobilizar os estoques de inteligência coletiva já constituídos pelos trabalhadores em busca dos fins financeiros visados” (Calderari & Meneghetti, 2020, p. 11).

No âmbito educacional, o neoliberalismo se consolidou por meio de reformas que têm contribuído para a deterioração das condições de trabalho dos professores (Da Silva *et al.*, 2019). Essa situação ressalta a importância de abordar a educação de maneiras que estejam fundamentadas em mudanças epistemológicas, paradigmáticas e transformadoras, que promovam não apenas a qualidade do ensino, mas também o bem-estar dos educadores e a valorização de sua profissão (Carreira *et al.*, 2023). Paulo Freire (1996) enfatizava sempre a importância dos professores como protagonistas da construção do conhecimento, juntamente com os alunos.

Os professores, majoritariamente, se veem na obrigação de investir em sua formação e desenvolvimento pessoal, criando materiais didáticos sem o devido apoio ou incentivo das instituições. Além disso, a carga horária extraclasse aumenta consideravelmente, uma vez que os educadores precisam dedicar tempo ao planejamento e à produção de conteúdo. Essa situação é agravada pela falta de remuneração e reconhecimento proporcional ao esforço investido.

No entanto, a relação entre ensino e aprendizagem não se limita à prestação de um serviço unidirecional. Embora muitas vezes o aluno seja tratado como cliente, essa concepção se torna problemática no ensino superior, pois ele também possui deveres e responsabilidades no processo educativo. Além de participar das atividades acadêmicas, é interessante que o professor contribua ativamente para a pesquisa e a extensão, pilares fundamentais das instituições de ensino superior (IES). Essa dinâmica demonstra que a educação não pode ser reduzida a uma simples relação de consumo, na qual o professor fornece conhecimento e o aluno apenas o recebe, mas sim a um processo que exige engajamento e compromisso de ambas as partes (Klein *et al.*, 2024).

As instituições de ensino, especialmente as privadas, delegam a responsabilidade pelo desenvolvimento pedagógico ao professor, mas falham em oferecer suporte adequado para a formação contínua. Existe uma desconexão evidente entre as instituições e o impacto da precarização nas condições de trabalho docente, que se torna ainda mais evidente com a pressão por resultados financeiros, muitas vezes em detrimento da qualidade educacional. Essa realidade ressalta a necessidade

de uma reflexão crítica sobre a relação entre a precarização do trabalho docente e a qualidade do ensino, demandando ações concretas para garantir condições mais justas e sustentáveis para os educadores. Conforme apontam Cavazzani *et al.* (2023), o professor precarizado está cada vez mais submetido às plataformas e seus algoritmos, além de inserido em um modelo capitalista exacerbado, no qual trabalhadores sem qualquer seguridade social atuam continuamente, em diferentes locais, dentro de uma lógica de fábrica difusa. Utilizando seus conhecimentos e ferramentas, esses profissionais acabam recebendo apenas uma fração do valor gerado por seu esforço.

Nesse contexto, as instituições de ensino superior que oferecem o curso de Administração contam com mestres e doutores, o que indica um padrão de qualidade no ensino. No entanto, embora busquem constantemente aprimorar suas qualificações, ainda há uma falha significativa na falta de investimentos na formação contínua dos docentes. “A formação do professor universitário tem sido entendida, por força da tradição e ratificada pela legislação, como atinente aos saberes do conteúdo de ensino” (Lourenço, 2016, p. 691).

Em uma análise sobre recentes políticas de formação de professores no Brasil, de Carvalho Costa *et al.* (2024) compararam as resoluções nºs 1 e 2 de 2002, nº2 de 2015 e nº2 de 2019, identificando que a carga horária básica da formação de professores em licenciatura plena, por exemplo, passou de 2800h, em que 1800 horas eram destinadas para conteúdos ou conhecimentos científicos-culturais, outras 1000h relativas a estágios e 200h de atividades acadêmico-científico-culturais para, nos últimos anos, uma carga total de formação maior (para 3.220h), porém com diminuição de 200 horas para a carga de conhecimentos científicos-culturais, com a introdução de 800h de conhecimentos da base comum curricular, requerendo assim, um perfil de professo com saberes práticos em detrimento da formação científica na área em que escolheu para atuar (Brasil, 2019).

Assim, é essencial que as políticas educacionais e institucionais sejam reavaliadas coletivamente e adaptadas para enfrentar esses desafios, criando efetivas condições de que o trabalho docente não se torne apenas uma mercadoria, mas sim uma atividade reconhecida e valorizada na sociedade. É preciso refletir, analisar e discutir a reificação do professor e seu trabalho e “a contradição entre o esvaziamento do conteúdo do trabalho docente e a intensificação das tarefas nas escolas,

sob a mediação das TDIC's." (de Carvalho Costa *et al.*, 2024, p. 264). É premente refletir também, com muita seriedade sobre a saúde docente.

Para compreender a dicotomia sujeito/objeto e as implicações que essa discussão envolve, contextualizamos um exemplo vivenciado por uma das autoras deste artigo, que retrata o processo de precarização no ensino a distância (EaD). Nesse contexto, a autora desempenhou o papel de professora mentora, responsável por turmas de cerca de 300 alunos. Nem todos frequentavam as aulas ao vivo no Teams, mas, em algum momento, os alunos buscavam apoio através de diversos canais como WhatsApp, e-mail e a plataforma institucional.

O suporte era solicitado a qualquer hora do dia ou da noite, até mesmo aos fins de semana. Alguns alunos, por exemplo, saíam do trabalho às 5 da manhã e enviavam mensagens, exigindo respostas rápida, enquanto consumidores de um produto. Quando as dúvidas não se limitavam ao conteúdo das aulas e surgiam questões de outras naturezas, inclusive administrativas como: "Professora, onde pago o boleto? Me envia o boleto?" ou, caso houvesse um atraso de apenas 5 minutos para responder, seguiam-se mensagens como "??????", indicando que o Professor deveria estar de prontidão, uma espécie de Call center para atendimento ao cliente. Em situações como essas, havia também exigências para que o conteúdo fosse repassado, pois o aluno alegava ter perdido a aula. No entanto, as aulas estavam gravadas, como uma espécie de "Netflix", acessível a qualquer momento. Além disso, havia alunos que não faziam nem um simples cumprimento, como "bom dia" ou "boa tarde", tratando a interação como se estivessem conversando com um sistema e não com um ser humano.

No contexto de um sistema EaD, em que prevalece o paradigma contemporâneo do estudante-cliente, a pressão sobre o professor é intensificada, já que o estudante é reposicionado como consumidor de um serviço educacional. Nesse cenário, o professor não exerce apenas o papel de docente, mas também assume funções típicas da secretaria acadêmica, pois, em geral, é ele quem está na linha de frente, representando a instituição diante dos alunos. Quando isso não ocorre ou quando o professor não atende de maneira satisfatória o estudante-cliente, a resposta é quase sempre: "Mas eu pago o seu salário."

Essa mudança impacta não apenas as práticas pedagógicas, mas também a identidade docente e as expectativas em torno do papel da educação superior,

que por muito tempo contribuiu para a precarização da saúde do estudante. Em outras palavras, como essa oscilação entre os agentes/atores pode ser analisada em diferentes contextos históricos, como, por exemplo, a transição do modelo da cátedra para as dinâmicas contemporâneas do mercado educacional? O sofrimento docente, por sua vez, pode revelar uma ruptura para a qual ainda não estamos preparados? É necessário aprofundar a discussão, questionando de que maneira essas transformações históricas e contemporâneas articulam as precariedades e as relações de poder entre os agentes (professor e estudante), além de seus efeitos na educação.

A plataforma institucional, que tinha como objetivo acelerar o processo de ensino, acabou por aprofundar a sensação de distanciamento, transformando o professor em um recurso tecnológico dentro de um ambiente que deveria ser, essencialmente, um espaço de troca humana. Nesse contexto, Bertero (2011, p. 340, 341) destaca que “a relação sujeito/objeto é um elemento enriquecedor do ensaio, pois cria para o sujeito um espaço de liberdade para tratar o objeto, algo que não existe nos cânones da ciência [...] Mas, nada disso implica a superação da dicotomia sujeito/objeto”. Ou seja, a relação entre o sujeito (pesquisador ou observador) e o objeto (aquilo que é estudado ou analisado) é essencial para o enriquecimento da produção do conhecimento. Essa interação possibilita ao sujeito a liberdade de explorar e interpretar o objeto de estudo, afastando-se das abordagens rígidas e convencionais da análise científica.

A citação de Meneghetti (2011, p. 322) sobre a construção do ato argumentativo ressalta que ele deve ser um processo contínuo e dinâmico, construído pela interação entre sujeito e objeto: “o ato argumentativo precisa ser construído ao longo do processo de envolvimento com o objeto. Os argumentos são resultados da interação de sujeito e objeto, em que a lógica e as verdades são meios e não fins em si mesmos”. Esse entendimento nos permite refletir sobre como, no contexto da EaD, a interação entre professor e aluno se dilui e perde o caráter humano, com consequências diretas para a qualidade do ensino e para a percepção de ambos sobre o processo de aprendizagem.

A reforma neoliberal nas universidades causou um impacto significativo no ensino superior e traz a promessa de novas transformações no futuro. Muitas dessas transformações tiveram efeitos prejudiciais nas trajetórias acadêmicas, nos va-

lores institucionais e na vivência educacional. A tecnologia educacional tem um papel fundamental na sustentação da reforma neoliberal, mais como uma justificativa retórica para o alegado “avanço” do que por meio de conquistas efetivas (Feenberg, 2017). Apesar de ter uma mudança neoliberal nas universidades, não podemos ignorar que esse novo movimento educacional, impulsionado, entre outros fatores, pela ascensão social e por políticas públicas como o Prouni e o FIES, tem permitido que estudantes com desafios contextuais significativos tenham acesso à educação superior, mesmo que, por trás disso, persiste a lógica capitalista.

ADOCIMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O professor universitário, ao desempenhar suas funções, lida com uma série de fatores que podem afetar sua saúde mental de maneira significativa (De Barros *et al.*, 2024). A sobrecarga de tarefas administrativas e pedagógicas é um dos principais desafios, frequentemente acompanhada pela pressão por resultados rápidos e a imposição de metas consideradas inatingíveis. Essa combinação de exigências pode resultar em sérios problemas de saúde mental, como estresse, ansiedade e *burnout*.

A síndrome de *burnout*, caracterizada por um conjunto de sintomas relacionados ao esgotamento emocional e físico, afeta muitos professores universitários, comprometendo não apenas seu bem-estar, mas também sua eficácia profissional (Baptista *et al.*, 2019, p. 564). Nesse contexto, a definição mais aceita do *burnout* baseia-se na perspectiva social-psicológica de Maslach e colaboradores, que o descrevem como um fenômeno composto por três dimensões principais: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho (Carlotto, 2002, p. 23). Além disso, a falta de apoio institucional para auxiliar esses docentes a lidarem com a carga emocional e psicológica do trabalho agrava ainda mais a situação, tornando-os mais vulneráveis a esses problemas.

O adoecimento psicológico por conta do exercício do trabalho precisa ser cada vez mais investigado, até para que seja possível uma compreensão mais ampla e criteriosa sobre quais são os fatores prejudiciais e em que medida eles impactam a saúde mental do trabalhador em sua atividade ocupacional, bem como suas intersecções e decorrências (Codo, 2007). Além da promoção de pesquisas com esse escopo investigativo para conhecer, identificar e mapear esses fatores

deletérios à saúde do professor, é necessário também que os dados sejam introjetados pelas políticas públicas voltadas à formação, capacitação e para o trabalho em si do docente e também pelas Instituições de Ensino, independentemente se públicas ou privadas.

É possível intuir, diante do exposto, que o adoecimento dos professores “está relacionado ao ambiente, turmas lotadas, desvalorização, jornada de trabalho prolongada, por exemplo” (Padilha *et al.*, 2024, p. 253). No ensino superior, especialmente na área de Administração e no contexto do EaD, essa precarização se manifesta de diversas formas, como a sobrecarga de trabalho, a ampliação das funções docentes para além da atividade pedagógica e a crescente desumanização da relação professor-aluno, como descrito antes na experiência vivenciada por uma das autoras deste artigo, que atuou como professora mentora em um curso EaD, gerenciando turmas numerosas e lidando com demandas constantes por suporte, muitas vezes extrapolando os limites da jornada de trabalho; assume-se portanto, também funções administrativas. A lógica do estudante-cliente, comum nesse modelo educacional, intensifica essa precarização ao reforçar a ideia de que a remuneração do professor justifica a exigência de disponibilidade imediata e de atendimento personalizado, independentemente das condições de trabalho.

Assim, a precarização docente se conecta diretamente ao adoecimento, pois a sobrecarga, a falta de reconhecimento institucional e a mercantilização do ensino afetam significativamente a saúde mental e a motivação dos professores. Esses fatores não apenas comprometem o bem-estar dos profissionais, mas também impactam a qualidade da educação oferecida.

Portanto, é fundamental que as instituições de ensino adotem medidas que promovam o bem-estar dos professores, oferecendo suporte emocional, recursos adequados e condições de trabalho que minimizem a sobrecarga e a pressão. Apenas assim será possível estabelecer um ambiente educacional saudável e produtivo, tanto para os docentes quanto para os alunos.

DESPERSONALIZAÇÃO

Como dito anteriormente, o *burnout* é um conjunto de sintomas relacionados ao esgotamento físico e mental, “um quadro sintomático lógico caracterizado por três dimensões interdependentes: exaustão emocional, [...]; despersonalização que se

refere ao desequilíbrio emocional e favorece o relacionamento frio e impessoal com os indivíduos que compõem o ambiente de trabalho; e a realização pessoal [...]” (Barbosa *et al.*, 2024, p. 2).

Algumas pesquisas utilizam o *Maslach Burnout Inventory* (MBI) para determinar a ocorrência do mesmo, sendo composta por 22 itens, divididos nas três dimensões acima indicadas. Dessas, 5 itens são relativos à despersonalização. São eles: “Tornar-se mais duro com as pessoas”, “preocupar-se por tornar-se mais rígido emocionalmente”, “não importar-se pelas pessoas que atende profissionalmente”, “sentir-se tratando com as pessoas como se fossem objetos impessoais” e “perceber que os receptores do trabalho culpam os sujeitos por alguns de seus problemas”(Carlotto *et al.*, 2004, p. 504). Para alguns pesquisadores essa escala possui fidedignidade mais baixa, porquanto existem dificuldades com as perguntas que foram preparadas para um contexto norte-americano (Lautert, 1995). Muitas vezes não se perceber nesses itens é um ato de proteção, afinal “o deliberado isolamento, o afastamento dos demais é a salvaguarda mais disponível contra o sofrimento que pode resultar das relações humanas” (Freud, 2010, p. 32).

De todo modo o MBI é, portanto, um instrumento exclusivamente para a avaliação da síndrome e não considera história pregressa, tampouco as consequências do processo (Carlotto *et al.*, 2004, p. 501), fatores que compõem a realidade e também suas consequências, sobretudo na vida dos docentes. Além disso, existe uma idealização do perfil do professor, sendo que “a atividade do professor é muitas vezes entendida/vivenciada como vocação missionária, negando-se à sua ação uma dimensão crítica da ética e das políticas educacionais” (Nacarato, Varani e Carvalho, 2000, p. 77).

A despersonalização, espécie de desordem associativa, é também “caracterizada por experiências de sentimentos de irrealidade, de ruptura com a personalidade, processos amnésicos e apatia” (Lima *et al.*, 2024, p. 83), entre outros aspectos que lhe conferem grande complexidade, inclusive para percepção e diagnóstico. Assim, é possível perceber a grande complexidade do tema, o qual envolve diversas áreas de estudos necessários para sua melhor compreensão. Essa complexidade reforça a necessidade de investigações constantes e sérias, já que afetam negativamente o bem-estar dos professores, a sua interação interpessoal e o rendimento profissional.

SENTIDO DO TRABALHO

O sentido do trabalho docente dos professores de ensino superior no curso de Administração está intrinsecamente ligado à formação de profissionais capazes de atuar em um mercado cada vez mais dinâmico e complexo. Esse trabalho envolve não apenas a transmissão de conhecimentos técnicos e teóricos, mas também a mediação de experiências práticas e o desenvolvimento de habilidades críticas, éticas e de liderança. O papel dos docentes vai além do conteúdo das disciplinas, abrangendo a orientação dos estudantes para que se tornem cidadãos reflexivos, preparados para enfrentar os desafios organizacionais e sociais. Além disso, os professores desempenham um papel fundamental na pesquisa e na extensão, conectando a teoria acadêmica com as demandas do mercado e da sociedade. A desconexão entre significado e propósito faz com que o trabalho se torne alienado, prejudicando ou descaracterizando a atividade docente (Basso, 1998).

A precarização, o adoecimento e a despersonalização estão diretamente relacionados ao sentido do trabalho docente. Quando os professores enfrentam condições de trabalho precárias, com baixos salários, sobrecarga de tarefas e falta de reconhecimento, isso afeta negativamente seu bem-estar físico e mental, levando ao adoecimento. Esse contexto pode despersonalizar o trabalho, tirando dele o propósito e o significado, o que resulta em uma desconexão entre os educadores e suas atividades, comprometendo a motivação e a realização profissional. Consequentemente, o sentido do trabalho docente é enfraquecido, impactando a qualidade do ensino e o envolvimento dos professores com os alunos.

Ser professor de Administração em um contexto marcado pela precarização, adoecimento e despersonalização acentua desafios específicos, pois exige o enfrentamento de condições de trabalho cada vez mais adversas. A precarização, com a intensificação de jornadas e sobrecarga de responsabilidades, limita o tempo dedicado ao ensino de qualidade, comprometendo o bem-estar e a saúde mental do docente. O adoecimento, tanto físico quanto psicológico, torna-se uma consequência inevitável de um ambiente educacional que prioriza resultados quantitativos em detrimento do cuidado com os profissionais. Já a despersonalização, amplificada pelo uso excessivo de tecnologias e plataformas digitais, enfraquece a relação direta entre professor e aluno, transformando a prática pedagógica em um processo cada vez mais mecanizado. Esses fatores convergem para um cenário

em que a própria essência do ensino e da formação acadêmica se vê ameaçada, dificultando a realização plena do papel do docente.

Além das demandas comuns ao trabalho docente, como a sobrecarga de atividades e a falta de reconhecimento, esses professores enfrentam pressões adicionais relacionadas às expectativas de mercado.

O adoecimento, a despersonalização e a perda de sentido no trabalho são questões que têm se tornado cada vez mais evidentes no contexto profissional contemporâneo. Estes fenômenos, que afetam a saúde mental e emocional dos trabalhadores, muitas vezes são exacerbados pela falta de reconhecimento, pela sobrecarga de tarefas e pela desvalorização das interações humanas no ambiente de trabalho. Contudo, é possível observar que esses aspectos negativos podem ser mitigados se os argumentos forem articulados de maneira estratégica com o uso das plataformas digitais, a inteligência artificial (IA) e o contexto da pandemia.

As plataformas digitais, por sua vez, têm o potencial de transformar as dinâmicas de trabalho, oferecendo aos profissionais maior flexibilidade e autonomia. Elas possibilitam o acesso a diferentes redes de conhecimento e colaboram para a construção de ambientes de trabalho mais dinâmicos e interconectados. No entanto, quando mal utilizadas, podem também intensificar a sensação de isolamento e a despersonalização, especialmente em ambientes que dependem fortemente da interação virtual e que negligenciam a necessidade de relações humanas reais.

O curso de Administração exige que os docentes acompanhem tendências e práticas de gestão, além de equilibrar o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais nos alunos.

A precarização pode diminuir a capacidade do professor de se atualizar continuamente e de mediar adequadamente a prática e a teoria, afetando o sentido de sua profissão. O adoecimento, muitas vezes resultado da sobrecarga e da falta de apoio institucional, compromete ainda mais a qualidade de suas interações com os alunos e o ambiente acadêmico. Por fim, a despersonalização transforma o papel do professor de Administração em algo mecânico, reduzindo sua autonomia e a possibilidade de exercer uma liderança crítica no processo de ensino.

Esses fatores impactam diretamente o sentido do trabalho docente no campo da Administração, tornando-o menos gratificante e mais distante de seu potencial formador e transformador.

Contribuição Prática e Gerencial

A contribuição prática e gerencial deste estudo sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior, especialmente em cursos de Administração, pode ser analisada sob diferentes aspectos. Primeiramente, há a valorização do professorado, que pode ser promovida através da implementação de políticas de recursos humanos que reconheçam e valorizem os docentes, garantindo melhores condições de trabalho, salários justos e estabilidade no emprego. Além disso, a sugestão de programas de formação contínua ajuda os professores a se atualizarem em metodologias de ensino e tendências do mercado, contribuindo para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Em termos de melhoria da qualidade educacional, compreender como a precarização impacta o ensino pode levar à revisão dos currículos, incorporando práticas pedagógicas que promovam um aprendizado mais significativo e relevante. Isso inclui a adoção de novas metodologias que integrem tecnologias educacionais de forma equilibrada, valorizando a interação humana e a experiência prática, fundamentais no campo da Administração.

Outro aspecto importante é a promoção de um ambiente de trabalho saudável que priorize o bem-estar dos docentes. A implementação de programas de apoio psicológico, espaços de diálogo e colaboração entre colegas pode ajudar a mitigar o estresse e o burnout. Além disso, sugerir estratégias para a gestão de estresse e a promoção do autocuidado é crucial para equilibrar a vida profissional e pessoal dos professores.

A criação de estruturas que permitam a participação dos docentes nas decisões institucionais é uma forma de engajamento que valoriza suas vozes e promove um senso de pertencimento e responsabilidade. Estabelecer canais de comunicação que permitam feedback constante entre professores e gestores facilita a identificação de problemas e a implementação de melhorias.

Por fim, essas práticas não apenas melhoram a qualidade do ensino e a experiência dos docentes, mas também têm um impacto significativo na formação de profissionais de Administração. A valorização do trabalho docente e a melhoria das condições de ensino resultam em uma formação mais eficaz de futuros profissionais, capacitados a atuar de maneira crítica e ética no mercado de trabalho. Além

disso, estimular parcerias entre instituições de ensino e empresas permite que os professores desenvolvam projetos que conectem teoria e prática, enriquecendo a experiência educacional. Assim, as contribuições práticas e gerenciais deste estudo promovem um ambiente educacional mais justo e equitativo, preparando melhor os alunos para os desafios do mercado contemporâneo.

Conclusão

Este estudo oferece uma contribuição valiosa ao campo ao aprofundar a análise sobre a precarização e banalização do trabalho docente no ensino de Administração. Ao trazer à tona as condições de trabalho dos professores e os impactos dessas condições tanto na saúde mental dos docentes quanto na qualidade da educação oferecida, a pesquisa destaca um problema organizacional crucial em instituições de ensino superior.

Do ponto de vista teórico, a investigação amplia a compreensão sobre como a desvalorização das funções docentes se interliga com dinâmicas organizacionais mais amplas, como a gestão de recursos humanos e a estruturação das instituições educacionais. Essa abordagem ressalta a importância de reavaliar os papéis e responsabilidades dentro das organizações acadêmicas, reconhecendo os docentes como atores centrais na formação de profissionais.

As contribuições práticas também enriquecem o campo ao propor soluções como a valorização das competências dos educadores, o desenvolvimento de políticas institucionais que assegurem condições dignas de trabalho e a integração de novas tecnologias de forma complementar à interação humana. Esses aspectos têm relevância direta para os estudos organizacionais, pois conectam a gestão educacional à eficácia organizacional e ao bem-estar dos colaboradores.

Ao enfatizar a necessidade de um ambiente de trabalho colaborativo e de uma governança institucional que inclua a voz dos docentes nas decisões estratégicas, este estudo fornece insights valiosos para gestores de instituições educacionais. Essa perspectiva reforça a relevância de modelos organizacionais mais participativos e democráticos, que valorizem o papel mediador e transformador dos educadores.

Referências

- Adeshola, I., & Adepoju, A. P. (2023). The opportunities and challenges of ChatGPT in education. *Interactive Learning Environments*, 1-14.
- Antunes, R. (2020). Rumo à uberização do trabalho1. *DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2020*, 117, 2020-46.
- Antunes, R. (2023). Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma. *Análise Social*, 58(3), 512-532.
- Baptista, M. N., Soares, T. F. P., Raad, A. J., & Santos, L. M. (2019). Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 19(1), 564-570.
- Barbosa, I. E. B., Sampaio, A. N., Souza, C. P. D., Mota, B. D. S., Miura, C. R. M., Fonseca, C. D. D., & Belasco, A. G. S. (2024). Efeito das variáveis preditoras no desenvolvimento da Síndrome de Burnout em docentes do ensino superior. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 77, e20240132.
- Barros, C. C. A., da Silva Souza, A., Dutra, F. D. E., Gusmão, R. S. C., & Cardoso, B. L. C. (2021). Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. *Ensino em Perspectivas*, 2(2), 1-23.
- Basso, I. S. (1998). Significado e sentido do trabalho docente. *Cadernos cedes*, 19, 19-32.
- Bertolini, M., & Kanashiro Meneghetti, F. (2024). A lei enquanto um artefato tecnológico na discussão sobre a educação. *Revista Trabalho Necessário*, 22(48), 01-30. <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.62228>
- Bosi, A. D. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28, 1503-1523.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente* (M. A. Marino & E. A. C. Santos, Trans.) Editora Filosófica Politeia.
- Calderari, E.B., Meneghetti, F. K. (2020). O sentido no trabalho do conteudista no modelo EaD. *Revista de Administração de Empresas*, 28, 487-524.
- Calderari, E. B., Vianna, F. R. P. M., & Meneghetti, F. K. (2022). Profesores todo el tiempo: un estudio sobre las condiciones materiales, físicas y psicológicas de los profesores de educación superior durante la pandemia del covid-19. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 28, 487-524.
- Camargo, R. Z., Lima, M. C., & Torini, D. M. (2019). Educação, mídia e internet: desafios e possibilidades a partir do conceito de letramento digital. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 27(1), 106-116.
- Carlotto, M. S. (2002). A síndrome de burnout e o trabalho docente. *Psicologia em estudo*, 7, 21-29.
- Carreira, F. C., Barretto, R., Santiago, I. C., & Brunstein, J. (2023). Remote teaching in the pandemic: opportunities for a transformative learning. *Revista de Administração de Empresas*, 63, e2021-0703.
- Carvalho, J. C. de. (2019). Rotatividade dos professores na educação básica brasileira: caracterização, fatores associados e impactos sobre os resultados dos estudantes (2007-2016). Acervo Digital da UFPR, p. 17-24.
- Cavazzani, A. L. M., Santos, R. O. D., & Lopes, L. F. (2023). Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. *Cadernos Metrópole*, 26(59), 209-228.
- Chaves, V. L. J. (2005). As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA. (Tese Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte).
- Chomsky, N. (2002). *O Lucro ou as Pessoas?* Bertrand Brasil.

- Codo, W. (2007). Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. In: Jaques, M.G.; Codo, W. (orgs.). *Saúde mental e trabalho: leituras*. Vozes.
- Cotton, D. R.; Cotton, P. A.; Shipway, J. R. (2024). Chatting and cheating: Ensuring academic integrity in the era of ChatGPT. *Innovations in education and teaching international*, 61(2), 228-239.
- Da Silva Moura, J., Ribeiro, J. C. D. O. A., de Castro Neta, A. A., & Nunes, C. P. (2019). A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. *Revista Profissão Docente*, 19(40), 01-17.
- Da Costa, F. J., & De Oliveira, S. A. (2024). Formação do Doutor em Administração no Brasil: Por um Sentido Profissional Pleno. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 25(1).
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. FGV Editora.
- Dejours, C. (1988). A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. In *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (pp. 163-163).
- De Barros, B. S., de Farias, I. M., de Araujo, C. W. G., Moura, L. Q., Almeida, B. P., dos Santos Filho, J. F., & Pimentel, I. T. (2024). Saúde mental do professor universitário: Fatores e condições de trabalho. *Revista Sistemática*, 14(5), 1176-1185.
- De Carvalho Costa, A., & da Silva Guimarães, E. M. (2024). AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E O ESTÁ-TUTO DO PROFESSOR NA ESCOLA. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 10, 264-279.
- Esteve-Mon, F. M., Llopis-Nebot, M. Á., & Adell-Segura, J. (2020). Digital teaching competence of university teachers: A systematic review of the literature. *IEEE revista Iberoamericana de Tecnologías del aprendizaje*, 15(4), 399-406.
- Fagundes, T. B. (2016). Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. *Revista brasileira de educação*, 21, 281-298.
- Ferreira, V. S. (2010). As especificidades da docência no ensino superior. *Revista Diálogo Educacional*, 10(29), 85-99.
- Freire, P. (1996). *A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Freud, S. (2010). *Freud (1930-1936)-Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização e outros textos* (Vol. 18). Editora Companhia das Letras.
- Frantz, M. G.; Alves, T. (2021). Proposta de um indicador de rotatividade docente na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, p. 03-21.
- Gatti, B. A. (2017). Formação de professores, complexidade e trabalho docente. *Revista Diálogo Educacional*, 17(53), 721-737.
- Gill, S. S. et al. (2024). Transformative effects of ChatGPT on modern education: Emerging Era of AI Chatbots. *Internet of Things and Cyber-Physical Systems*, v. 4, p. 19-23.
- Hosseini, M., Gao, C. A., Liebovitz, D. M., Carvalho, A. M., Ahmad, F. S., Luo, Y., ... & Kho, A. (2023). An exploratory survey about using ChatGPT in education, healthcare, and research. *Plos one*, 18(10), e0292216.
- Kenski, V. M. (1998). Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. *Revista Brasileira de Educação*, (08), 58-71.
- Klein, L. L., dos Santos Malaquias, G., & Bressan, V. G. (2024). A Geração de Valor no Ensino Superior: uma Análise Quantitativa em uma IES Pública. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 25(1).
- Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo editorial.
- Lautert, L. (1995). O desgaste profissional do enfermeiro. Tese de doutorado Não-Publicada, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Pontifícia de Salamanca - Facultad de Psicologia, Salamanca.

- Lemos, A.; Lévy, Pierre. (2010). *O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária*. Paulus.
- Lima, M. C., de Freitas Langrafe, T., Torini, D. M., & Cecconello, A. R. (2020). Transformação Pedagógica e (Auto) formação docente. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 21(1), 214-243.
- Lima, D. F. de ., Souza, D. C. de ., & Sampaio, A. (2024). O entusiasmo pelo trabalho docente e o burnout profissional. *APRENDER - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação*, (31). <https://doi.org/10.22481/aprender.i31.13838>.
- Li, L., Ma, Z., Fan, L., Lee, S., Yu, H., & Hemphill, L. (2024). ChatGPT in education: A discourse analysis of worries and concerns on social media. *Education and Information Technologies*, 29(9), 10729-10762.
- Lourenço, C. D. D. S., Lima, M. C., & Narciso, E. R. P. (2016). Formação pedagógica no ensino superior: o que diz a legislação ea literatura em Educação e Administração?. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 21(3), 691-718.
- Lo, C. K. (2023). What is the impact of ChatGPT on education? A rapid review of the literature. *Education Sciences*, 13(4), 410.
- Mancebo, D. (2007). Trabalho docente: subjetividade, sobre implicação e prazer. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20(1), 74-80.
- Martins, E. M., & Krawczyk, N. R. (2018). Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. *Revista Portuguesa de Educação*, 31(1), 4-20.
- Nacarato, A.M.; Varani, A. & Carvalho, V. (2000). O cotidiano do trabalho docente: palco, bastidores e trabalho invisível...abrindo as cortinas. Em C. M. G. Geraldi, D. Fiorentina & E. M. de A. Pereira (Orgs.), *Cartografias do trabalho docente* (pp.45-79). Campinas: Mercado de Letras.
- Oliveira, J. S. D., & Neves, I. B. S. (2023). Inteligência Artificial, ChatGPT e Estudos Organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 30, 388-400.
- Patrus, R., & Lima, M. C. (2014). A formação de professores e de pesquisadores em administração: contradições e alternativas. *Revista Economia & Gestão*, 14(34), 4-29.
- Padilha, T., Araujo, L. C., Venâncio, B. (2024). Adoecimento docente: um estudo com professoras de uma rede municipal de educação. *Ensino & Pesquisa*, 22(2), 244-255.
- Rahman, M. M., & Watanobe, Y. (2023). ChatGPT for education and research: Opportunities, threats, and strategies. *Applied Sciences*, 13(9), 5783.
- Sampaio, P. (2019). Prêmio Influenciadores digitais, com curadoria da Airfluencers, indica os perfis mais relevantes do Brasil. Disponível em: <https://airfluencers.com>. Acesso em: 23/09/2024.
- Sguissardi, V. (2002). Educação superior no limiar do novo século: traços internacionais e marcas domésticas. *Revista Diálogo Educacional*, 3(7), 121-144.
- Souza, D. D. O. (2020). As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19, e00311143.
- Tordino, C. A. (2014). Trabalhos intercalares no curso de administração: alternativa à prática da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 15(2), 271-294.
- Vianna, F., & Calderari, E. B. (2019). Da Precarização à (In) Existência: Um Estudo sobre o Conteudista no Modelo EaD. *XLIII Encontro da ANPAD-ENANPAD Anais... São Paulo (SP), Universidade Mackenzie*.
- Zhai, X., Chu, X., Chai, C. S., Jong, M. S. Y., Istenic, A., Spector, M., ... & Li, Y. (2021). A Review of Artificial Intelligence (AI) in Education from 2010 to 2020. *Complexity*, 2021 (1), 8812542.